

QUANDO O MAGISTÉRIO PASSA A SER UM TRABALHO DE MULHER: PERCURSOS E IMPASSES

Ana Regina Azevedo Feitosa¹ (Ufac)

RESUMO

O presente trabalho apresenta breve análise sobre as discussões desenvolvidas na Disciplina Formação e Trabalho Docente: representações saberes e práticas, que integra o Mestrado em Educação da Universidade Federal do Acre. Esse estudo não tem a intenção de apresentar uma trajetória histórica da profissão docente, muito menos de elaborar um recorte que estabeleça relação com o objeto de estudo do Mestrado. O ponto de partida aqui, é a revisita aos materiais trabalhados na disciplina, considerando duas grandes categorias de análise que se constituíram como o eixo orientador das discussões, que são as categorias de trabalho e formação docente, sob a perspectiva de gênero. Dentre os conteúdos que foram apresentados e discutidos no decorrer da disciplina, o foco de análise aqui apresentado é o processo de feminização do magistério e seus impasses, tomando como base os estudos realizados pelos autores presentes na bibliografia trabalhada: HYPOLITO (1997 e 1999), VILLELA (2011), APPLE (1995), COSTA (1995), FARIA FILHO (2005), LOURO (1989), PAIVA (2011) e SCOTT (1986).

Palavras-chave: Formação e Trabalho Docente; Gênero; Feminização do Magistério.

Este estudo apresenta uma breve análise sobre as discussões desenvolvidas na Disciplina Formação e Trabalho Docente: representações saberes e práticas, que integra o Mestrado em Educação da Universidade Federal do Acre.

É importante explicitar de início que o presente estudo não tem a intenção de apresentar uma trajetória histórica da profissão docente, muito menos de elaborar um recorte que estabeleça relação com o objeto de estudo do Mestrado. O ponto de partida aqui, é a revisita aos materiais trabalhados na disciplina, considerando duas grandes categorias de análise que se constituíram como o eixo orientador das discussões, que são as categorias de trabalho e formação docente, sob a perspectiva de gênero.

Dentre os aspectos que foram apresentados no decorrer da disciplina, o foco de análise apresentado nesse estudo é o processo de feminização do magistério, tendo como questão central, ou, ponto de partida para a reflexão: Em que momento a docência se consolida como uma atividade exercida predominantemente por mulheres? E ainda – Quais fatores podem ser evidenciados no decorrer desse processo?

¹ Professora Especialista em Educação Infantil e Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Acre - UFAC. E-mail: anaregina.acre@gmail.com

Os estudos sobre a história da docência e seus desdobramentos em diferentes aspectos oferecem bibliografia ampla, e, conseqüentemente, abordagens diferenciadas. Esse panorama possibilita a escolha de um caminho, conforme a concepção que embasa a linha de investigação pretendida. Dessa maneira é importante lembrar que o presente estudo tem como referência de análise, na perspectiva sócio histórica, as categorias de trabalho, classe social e gênero.

Para alargar a compreensão acerca do processo de feminização do magistério é necessário reconstituir, mesmo que brevemente, a história da profissão docente, considerando a existência de aspectos relevantes entrelaçados nesse contexto. Esse é um exercício que requer extremo cuidado para que questões importantes contidas nessa história não sejam excluídas.

A origem da instituição que hoje denominamos escola no mundo ocidental se dá no interior da *Igreja Católica Apostólica Romana*. No Brasil colonial a Ordem dos Jesuítas, composta exclusivamente por homens, detinha o controle da ação de ensinar, “... são evidentemente aulas proferidas por homens, já que somente eles estavam capacitados.” (LOURO, 1989 p.33). De acordo com Paiva (2011, p. 43), “Desde que chegaram ao Brasil, os jesuítas estabeleceram escolas e começaram a ensinar a ler, a escrever e a contar e cantar”. Esse foi um período na história da educação brasileira em que a educação escolar tinha bases de organização e estrutura de currículo sob o comando masculino, seguindo preceitos religiosos de uma educação que deveria formar homens pacíficos. Com a saída dos Jesuítas da frente de organização e condução desse trabalho, e considerando outros fatores sociais e históricos, a escola brasileira inicia um outro caminho.

A expulsão da Companhia de Jesus dos domínios portugueses, após séculos de predominância na nossa educação, faz com que se inicie nesta colônia, um processo de laicização com o envio dos professores régios (VILELA, 2011 p.97).

Seguindo nessa direção, é importante explicitar que esse estudo examinará o processo de feminização ocorrido no Brasil, sendo portanto necessário colocar algumas questões, para que o quadro analítico seja claro e compreensível, orientando um olhar mais específico que persiga as pistas presentes na história educacional: Em que momento e por que a escola normal abre as portas para receber as mulheres (como alunas, como professoras)? Como e

por que isso ocorreu? Quais os traços, as características do ofício de ensinar, que o magistério atual, exercido em sua maioria por mulheres, herdou, de uma época em que ainda era uma profissão eminentemente masculina? O que permaneceu em termos de organização da carreira, de modos de trabalho, currículo, remuneração? Essas são as questões que ajudarão a nortear o caminho para aproximação da questão central do presente estudo.

É inevitável que durante a trajetória em que se constituiu a profissão docente muitas mudanças ocorressem. É também óbvio, mesmo se tratando de um artigo que discute um tema analisado de maneira cuidadosa no decorrer da referida disciplina, que é restrita a possibilidade de compreender todos os aspectos com o rigor metodológico que a questão requer, nesse trabalho. A proposição aqui presente é a de realizar uma abordagem justa, como merece a referida temática, tomando como base os estudos realizados pelos autores presentes na bibliografia trabalhada.

Apple apresenta uma discussão sobre a relação entre a proletarização e a feminização do magistério, trazendo uma abordagem sobre a posição ambígua que os professores assumem com relação a sua identidade de classe, ora se identificando com a burguesia, enquanto aquela que detém os meios de produção, ora com a classe operária. *“Este grupo partilha, então, os interesses tanto da pequena burguesia, quanto da classe operária”* (Apple, 1995 p.32). Segundo Costa (1995, p.155), existe a possibilidade dos trabalhos de Apple sobre “...categoria de gênero como elemento fundamental para a compreensão do trabalho docente.”, terem inaugurado essa discussão no cenário educacional brasileiro. Na década de oitenta, muitos estudiosos abordavam as questões da docência como trabalho sob a ótica das categorias marxistas. Segundo Costa (1995), alguns autores, como Ozga e Lawn, que de maneira semelhante a Apple também seguiam um viés marxista, reconheceram e anunciaram o retardo nas discussões acerca da docência enquanto um trabalho feminino, considerando a perspectiva da categoria gênero.

Faria (1995, p.54), em seu artigo *“A história da feminização do magistério no Brasil: balanço e perspectivas de pesquisa”*, desenvolve uma investigação, por meio de uma revisão bibliográfica, em que “... busca listar e analisar a produção sobre os estudos da feminização da profissão docente no Brasil no final do século XIX e início do século XX...”, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada sobre história da feminização do magistério no Brasil.

Considerando as transformações nas relações do trabalho docente, o estudo realizado por Hypólito (1997), parte da construção do processo de feminização ocorrido no Brasil, estabelecendo relação com a história de outros países e considerando as transformações sofridas pelo magistério em seus diferentes aspectos, quando o mesmo passa a ser exercido majoritariamente por mulheres.

Guacira Louro é uma pesquisadora que realiza estudos sobre a docência e seu processo de feminização, a princípio nos anos iniciais e posteriormente em todas as etapas da educação. Em seu artigo *“Magistério de 1º grau um trabalho de mulher”*, faz uma discussão sobre a maneira que a sociedade, geralmente aceita como ‘natural’ a educação como tarefa feminina.

Joan Scott, historiadora norte-americana, inaugura nos anos 80 a discussão de gênero enquanto categoria de análise. Em seu artigo *“Gênero: uma categoria útil de análise histórica”* parte da desconstrução de gênero como o sexo ‘dado’ pela natureza, considerando-o a partir daí como uma construção cultural. Scott desconstrói e amplia o conceito de gênero, inserindo-o como categoria social e discursiva no campo da diferença entre os sexos. O referido trabalho apresenta uma grande mudança na trajetória da pesquisadora, que até aquele momento vinha construindo seus estudos com base nas categorias de análise de Marx. Ao propor essa abordagem, a autora assume uma posição questionadora, do ponto de vista de como a história, escrita por homens, construiu um ideário social feminino fazendo uso dele para perpetuar o patriarcado. Mesmo que a análise de Scott não adentre especificamente as questões da docência, ele é base para a compreensão do processo de feminização do magistério.

A CONDIÇÃO FEMININA E O MAGISTÉRIO

A compreensão do processo de constituição do magistério como profissão de mulher, no mundo e mais especificamente no Brasil, não pode, de maneira nenhuma, ser realizado sem considerar as transformações econômicas ocorridas nesse período. Conforme enfatiza Hypólito (1997, p.55): “O fenômeno da feminização do magistério acompanhou o desenvolvimento da industrialização e urbanização próprias da formação social e econômica capitalista”. Entretanto é necessário explicitar que esse processo aconteceu em momentos relativamente diferenciados na Europa e no Brasil.

É inegável que o avanço da industrialização trouxe necessida-

des outras, para que o modo de produção capitalista se fortalecesse no Brasil. A entrada das mulheres no mundo do trabalho, mais especificamente no universo da docência, e a constituição dessa profissão em atividade remunerada, são fatores que se entrelaçam. No entendimento de Hypólito:

Examinando a evolução histórica do trabalho docente, especialmente quando se trata da professora primária, percebe-se que a constituição dessa profissão em trabalho assalariado, o processo de funcionarização e sua transformação numa profissão exercida por mulheres são fenômenos que se apresentam como partes de um mesmo processo. Por isso, torna-se difícil analisar apenas um desses aspectos sem levar em conta os demais (HYPÓLITO 1997, p.48).

A necessidade de oferecer aos trabalhadores na era da industrialização as ‘devidas’ condições de trabalho, fez com que a demanda por educação escolar crescesse, especialmente porque além da necessidade dos conhecimentos básicos em relação ao domínio da leitura e da escrita, bem como das quatro operações da matemática, havia também os filhos dessa classe, que precisavam de alguma forma serem ‘cuidados’, para logo em seguida receberem essa formação escolar mínima, e num futuro próximo, também adentrarem no interior das fábricas dando continuidade à herança de subjugação que o capitalismo impõe à classe trabalhadora. É nesse panorama sombrio que os fatores mencionados acima, sobre a impossibilidade de discutir a feminização do magistério separadamente do processo da industrialização, se justificam.

As classes trabalhadoras emergentes necessitavam de uma escolarização básica, pois para desempenhar as atividades decorrentes dos novos postos de trabalho, tais como, o manuseio de máquinas a motor, caldeiras, eletricidade, dentre outras atividades e funções possíveis, tornava-se, mais cedo ou mais tarde, fundamental a aprendizagem da leitura e da escrita, mesmo que isso significasse apenas uma alfabetização funcional (HYPÓLITO 1997, p.49).

O século XIX, no Brasil é também marcado por ações que, de um ponto de vista macro, trazem a consolidação da indústria nacional, em que o ‘jovem’ Estado republicano executa inúmeras ações obedecendo a um discurso desenvolvimentista civilizador. Segundo Hypólito (1997, p.48), uma dessas ações trouxe para o país imigrantes japoneses e europeus, fato que corroborou para o aumento significativo da exigência por uma escolarização que possibilitasse condições mínimas de acesso ao conhecimento sistematizado.

Eram em verdade, trabalhadores mais qualificados, trazidos para aju-

dar em nosso processo de industrialização e expansão econômica. Esses trabalhadores ajudaram também na exigência de uma escola básica e pública para toda a população, pois de seus países de origem traziam a experiência de lutar, conceber e conquistar uma educação elementar como direito de cidadania e dever do Estado (HYPÓLITO 1997, p. 49).

Com a necessidade de expansão da escolarização aumenta a procura por vagas, e conseqüentemente ocorre o aumento do número de professores. Com o crescimento significativo dessa categoria profissional, do ponto de vista quantitativo, a ‘abertura’ para a entrada das mulheres no mercado de trabalho acontece, porém não especificamente por fatores econômicos. Nesse sentido é preciso lembrar que as bases da sociedade capitalista estão assentadas no regime patriarcal, que tem dominado o mundo há bastante tempo, baseado numa concepção em que as funções femininas e masculinas já estão ‘predeterminadas’ no momento do nascimento conforme as funções biológicas, para que o homem e a mulher desenvolvam papéis diferenciados, ou seja, tenham atribuições sociais, no mundo do trabalho, adequadas a sua condição de gênero, compreendida como natural. Nesse momento é necessário recorrer a Louro (1989), que analisa a questão da constituição do magistério como profissão de mulher, e aponta para um outro aspecto importante, que precisa ser explicitado para que o presente estudo alcance amplitude na sua análise, “...há necessidade de se articular as preocupações de classe e gênero.” (LOURO, 1989 p. 32).

Isso implica tocar em algumas questões ainda polêmicas, como a origem da opressão feminina: o patriarcado suas formas de expressões atuais e suas relações com o capitalismo. Essas questões estão de algum modo presentes na divisão social e sexual e possivelmente têm algo a nos dizer sobre a construção do binômio magistério-mulher (LOURO, 1989, P.32).

A análise da transformação do magistério em trabalho de mulher tem necessariamente que considerar além do momento em que ela se torna a aluna, a futura professora, bem como examinar a gênese, o início do processo em que as mulheres começam os estudos nas escolas destinadas a formar docentes: a Escola Normal. A revisão bibliográfica realizada por Faria (2005 p.55), revela preliminarmente que “... o magistério se torna uma ocupação majoritariamente feminina entre finais do século XIX e início do século XX...”.

As promessas trazidas pela industrialização modificaram as aspirações relacionadas às oportunidades de trabalho, gerando expectativas de

outros ofícios com melhor remuneração para os homens, sempre com base nos preceitos do capitalismo, em que o lucro é a finalidade maior. O então novo contexto, que ‘promove a saída’ de uma parcela considerável dos homens do exercício do magistério, apresenta às mulheres novas possibilidades de trabalho remunerado fora do lar, sendo ainda necessária a formação em Escola Normal. Essa movimentação pelo espaço público que não se constituía um *locus* em que as mulheres tinham livre acesso e liberdade de opinar e modificar, representava dentre outros aspectos uma mudança significativa denominada por Louro (1989, p.32) de “...transformação histórica do magistério.” Essa modificação no contexto específico da docência, que produz uma mudança profunda na sociedade, é cercada de ‘cuidados’, do ponto de vista de estabelecer uma regulação para que essa escola, que passa a ser eminentemente vivenciada pelas mulheres, tenha um currículo ‘adequado’ às ‘aptidões’ do universo feminino, com base no que vinha sendo mantido pelas concepções do patriarcalismo.

Esta atividade não foi sempre exercida do mesmo modo ou pelos mesmos sujeitos. Não foi primordialmente exercida por mulheres (e sim por homens) e nem pelas mesmas mulheres (quanto a origem de classe). Assim, se os sujeitos são outros e a forma de organização do trabalho também, sem dúvida temos de conhecer melhor esta realidade e, com o aporte da história, analisá-la criticamente (LOURO, 1989, p. 32).

Esse contexto segue promovendo modificações no currículo escolar. Se nos primeiros tempos de escola, “... detinha o professor um grande poder de decisão sobre seu trabalho, conteúdos, horários, composição de classes, etc. Posteriormente (...), surge também a necessidade de maior organização e controle da atividade docente...” (LOURO, 1989, p. 32). Segundo Faria (2005), o aumento das matrículas de meninas incrementa o processo de escolarização. Nesse sentido é preciso explicitar que a preocupação com a educação moral e cívica fazia parte de uma base em se constituíam os Estados Nacionais.

Observa-se a publicação de leis que favorecem a entrada e presença de mulheres no magistério ou que estabelecem a necessidade de uma dedicação exclusiva à docência, dedicação esta que, supõe-se, os homens não poderiam ou não estariam dispostos a assumir (FARIA, 2005, p.55).

Os estudos sobre esse período apontam para uma regulação maior por parte do Estado, pois era necessário que as condições dadas para que a mulher trabalhasse fora do ‘sagrado’ espaço do lar, precisavam garantir que suas

funções não se distanciariam daquelas secularmente vivenciadas e mantidas com o rigor e a vigilância coadjuvante e/ou protagonista da Igreja. Condições essas perpetuadas, em sua maioria, pelas próprias mulheres na criação de seus filhos, futuros homens, e mulheres, atores sociais, bem como na tessitura diária de seus afazeres domésticos. “Às mulheres estava tradicionalmente reservado o mundo doméstico e sua participação no trabalho fora de casa precisava ser justificada sem a negação do seu destino primordial” (LOURO,1989, p.33)”. A entrada da mulher no magistério carrega marcas das conjunções predeterminadas, pautadas “... na reprodução das condições de possibilidades da continuidade da condição subalterna da mulher...” (FARIA 2005, p.55).

Mudanças nas “mentalidades”/“representações”, as quais aproximaram o ofício do magistério daquilo que há muito vinha sendo produzido e considerado como ocupação feminina: o lar, a casa, as crianças. Para isso, teriam contribuído, sobremaneira, as escolas Normais e os médicos (produção circulação das ‘novas’ representações) (FARIA 2005, p.55).

Segundo Faria (2005), a atuação no magistério pelas mulheres, independente da classe social, é permeada de muitos significados, desde a conciliação dos afazeres da casa, ao ‘protagonismo feminino’ com a entrada no mercado de trabalho, até ter o ‘poder’ de ‘ganhar o pão de cada dia’.

Entretanto a atuação no magistério, na perspectiva de uma atividade que pôde ser atribuída à mulher como algo que mais se aproximava de sua condição, segundo Hypólito (2205, p.58), nem sempre foi aceita com tranquilidade. “Ao contrário, muitas polêmicas em torno desse conflito podem ser identificadas”. Tomando o exemplo de Portugal, devido sua proximidade histórico-cultural com o Brasil, Hypólito destaca a *ideologia da domesticidade*, e cita Araújo:

Tomadas pelas associações de professores contra a progressiva feminização da ocupação, que atribuem ao fato de “os homens [procurarem e encontrarem] funções mais lucrativas”. Segundo essa perspectiva, assistir-se-ia a uma degradação do estatuto do professorado, devido a feminização da ocupação. Mais, esta não causava apenas a degradação do estatuto profissional, mas a própria qualidade do ensino se ressentia com este processo. (HYPÓLITO, 1997, p. 58, apud ARAÚJO 1990, p.46).

Os entraves no processo de mudança da docência com contornos femininos, não conseguiram (...)“, todavia, impedir o avanço da ocupação

feminina dessa profissão. Ao contrário, “(...) a tendência que se consolidou foi a do ingresso maciço de mulheres no magistério e a ampliação da escolarização feminina” (HYPÓLITO, 1997, P.59).

Assim constrói-se a relação magistério-domesticidade, ou seja, entende-se que o magistério é mais adequado para a mulher, por exigir o cuidado de crianças; ser professora é, de certa forma, uma extensão do papel de mãe. Além disso, o magistério passa a ser visto também como um bom preparo para a futura mãe de família. Que outra atividade proporcionaria o contato com princípios, assuntos e habilidades mais adequados à dona-de-casa ilustrada, mãe esposa dedicada e de boa formação moral? Daí a organização dos cursos normais com pontos de ligação com o lar, com sólida orientação moral e religiosa etc. (HYPÓLITO, 1997, p. 59, apud LOURO, 1989, p.35).

O aumento de vagas para as meninas nas Escolas Normais trouxe para o universo da docência, única profissão aceita socialmente para as mulheres, segundo Louro (1989, p.34), não somente as moças da classe média, mas também aquelas que precisavam trabalhar, além daquelas que desejavam ampliar seus conhecimentos. Dessa maneira, a mulher inicia sua caminhada de dominação no magistério, primeiramente com a participação expressiva nos anos iniciais, ou, conforme Louro (1989, p. 35), no “magistério de primeiras letras”, e somente tempos depois em todas as etapas do ensino.

Mesmo que a princípio o currículo tenha sido reorganizado com base em atividades que tinham ligação estreita com aquelas realizadas no lar, a ideia do magistério enquanto uma vocação, que já existia antes dele se constituir como um trabalho majoritariamente de mulher, é fortalecida, orientando a organização de um currículo escolar com características voltadas para o universo feminino.

Daí a organização dos cursos normais com pontos de ligação com o lar, com sólida orientação moral e religiosa, etc. O trabalho num só turno é também ideal para as mulheres, permitindo-lhes combinar a atividade profissional com as responsabilidades da casa. Tudo isso favorece a aceitação social da profissionalização – *como professora* – para as mulheres (LOURO, 1989, p.35).

O estudo realizado por Vilela, em seu texto “*O mestre-escola e a professora*” apresenta uma versão contestadora de dois aspectos específicos, que têm sido objeto de análise dos pesquisadores dessa temática: que a feminização do magistério tenha sido uma concessão masculina, que fez com os homens partissem para outras ocupações com vistas a uma melhor remuneração, ação

essa que foi ‘interpretada’ como uma permissão do exercício da docência às mulheres; e ainda outra, que associa o fenômeno da feminização ao declínio do prestígio que a profissão docente tinha, e que conseqüentemente foi perdendo, inclusive reduzindo consideravelmente a remuneração quando as mulheres passaram a protagonizar o ofício. No estudo comparativo desse fenômeno em Portugal e no Brasil, realizado por Jane S. Almeida, também relatado no trabalho de Vilela, observa-se que existem diferentes abordagens no que se refere à compreensão da referida temática:

...em finais do século XIX, como o campo educacional expandiu-se quantitativamente, a explicação para o processo de desvalorização do magistério, possivelmente transcenda a questão meramente sexual, podendo ser explicado também pelo fato de que o magistério passava, cada vez mais, a ser uma profissão que atendia à população de baixa renda, desvalorizada, portanto pela óptica capitalista. Nega que as mulheres tenham entrado nesse campo sem a resistência dos homens. Na verdade, a ampliação da rede escolar no Brasil e em Portugal, inclusive com a necessidade de mulheres assumirem o magistério de escolas femininas, foi dando ensejo a que se construísse uma argumentação que atribuía às mulheres o papel de regeneradoras da sociedade (VILELA, 2011, p.120).

Ao observarmos de maneira criteriosa a constituição desse processo, analisando as fases que desenharam as mudanças sofridas no exercício da docência do ponto de vista que foi brevemente analisado nesse estudo, é inevitável considerar que a feminização ocorreu em meio a impasses econômicos, culturais e sociais. Sendo que, se o olhar for voltado para o que foi apontado por Vilela no estudo referenciado acima, as marcas contundentes, que permanecem na história da docência enquanto um trabalho que se feminiza, podem ser atribuídas, também, aos fatores advindos de uma concepção baseada no regime patriarcal, o qual determina, hermeticamente, os papéis sociais do homens e das mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da educação no Brasil, em seus diversos desdobramentos, é entremeada por questões vinculadas ao fenômeno aqui analisado brevemente. A percepção da relação estabelecida entre trabalho docente e (ao que é caracterizado como) trabalho docente feminino, desde a regulação sofrida pela profissão, do ponto de vista de um currículo menos qualificado, a princípio, em relação ao conhecimento sistematizado quando o magistério era uma profis-

são masculina, bem remunerada e com prestígio social; à queda vertiginosa na remuneração quando ele se feminiza; até a abertura das Escolas Normais para meninas das classes menos favorecidas, para que estudassem e se tornassem professoras. Esses são fatores que mesmo não tendo sido apresentados com o rigor necessário no presente estudo, apontam para o entendimento de que esse fenômeno é parte fundamental da história social, cultural e educacional do país, e tem estreita relação com uma das bases que fundamentam a sociedade capitalista ocidental e até mesmo anteriormente, o regime patriarcal. Não considerar que esses são aspectos reguladores dessa sociedade, caminhando de mãos dadas pela busca desenfreada do lucro, é desconsiderar uma história de luta, capitaneada, entre outros, por um magistério feminino que está longe de ser passivo, como afirma Costa (1995, p. 184) “A força feminina no magistério não tem revelado passividade e submissão”.

A herança de uma escola que teve sua gênese sob uma perspectiva masculina atravessou os tempos, deixando traços que ainda hoje, no século XXI, pode-se não só perceber, mas observar e analisar. A docência atual, com contornos femininos, e com todos os avanços nas pesquisas e na tecnologia voltadas para a profissão, ainda respira em seu cotidiano resquícios da escola dos jesuítas, seja por um currículo que se perpetua, tornando invisível, ou dando pouca visibilidade, ou ainda, dando visibilidade ‘permitida’ por uma sociedade machista, à participação da mulher na história social e especificamente na história da educação, seja pelas consequências dessa ausência da figura feminina em muito do que foi produzido e consolidado historicamente, socialmente e culturalmente.

Dessa maneira é imprescindível realizar com constância estudos, investigações, análises, para que a trajetória da mulher na docência, forjada em meio a impasses, impermanências, e muitas vezes sem boas perspectivas, seja reescrita em outros termos. Que não seja uma batalha perdida no mundo capitalista, repleto de desigualdades que perversamente chegam no universo da sala de aula, por meio de um cotidiano de intensificação, em que o trabalho do professor se perde na precarização, sendo furtado do que há de muito precioso no fazer da docência, a possibilidade de ensinar numa escola que enxergue o aluno como um sujeito de direitos e que dê condições dignas em todos os sentidos para que a professora e o professor exerçam seu ofício, com garantia de seus direitos.

BIBLIOGRAFIA

- APPLE, M. W. **Trabalho docente e textos: economia política das relações de classe e de gênero em educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- COSTA, M. C. V. **Trabalho docente e profissionalismo**. Porto Alegre: Sulina, 1995.
- FARIA FILHO, L. M. [et al.]. A história da feminização do magistério no Brasil: balanço e perspectivas de pesquisa. In: PEIXOTO, A. M. C. e PASSOS, M. (Orgs.) **A escola e seus atores – educação e profissão docente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- HYPOLITO, Á. M. **Trabalho Docente, Classe Social e Relações de Gênero**. Campinas/SP. Editora Papirus, 1997.
- HYPOLITO, Á. M. Trabalho docente e profissionalização: sonho prometido ou sonho negado? In: ILMA, P. A. VEIGA, M. I. C. (Orgs.) **Desmistificando a profissionalização do magistério**. Campinas, SP: Papirus, 1999.
- LOURO, G. L. **Magistério de 1º Grau: um trabalho de mulher. Educação e Realidade**, Porto Alegre, 14(2):31-39, jul/dez. 1989.
- PAIVA, J. M. Educação jesuítica no Brasil, In: LOPES, E. M. T.; FILHO, L. M. F. & VEIGA, C. G. (Orgs.) **500 anos de Educação no Brasil**. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Trad. Guacira Lopes Louro, 1998.
- VILLELA, H. O. O mestre-escola e a professora, In: LOPES, E. M. T.; FILHO, L. M. F. & VEIGA, C. G. (Orgs.) **500 anos de Educação no Brasil**. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.